

Currículo escolar: Origens, evolução e sentidos na educação

Ytalo Cristiam Barbosa Monteiro

Mestre em Ciências da Educação

Instituição: Universidade Columbia del Paraguay

E-mail: professorytalocristiam@gmail.com

RESUMO

O presente artigo discute o currículo escolar a partir de uma perspectiva histórica, teórica e crítica, com o objetivo de compreender sua origem, transformações ao longo do tempo e sentidos atribuídos no contexto educacional contemporâneo. Reconhece-se o currículo como uma construção social marcada por disputas ideológicas, políticas e culturais, que refletem interesses diversos e visões de mundo específicas. A investigação, de natureza bibliográfica, fundamenta-se na análise de produções acadêmicas e documentos educacionais que tratam da constituição e das implicações do currículo na prática pedagógica. A discussão revela que o currículo não é um elemento neutro ou técnico da escola, mas um instrumento que organiza intencionalidades formativas e define o que deve ser ensinado, aprendido e avaliado. Sua trajetória histórica evidencia a passagem por diferentes concepções educacionais, desde modelos conteudistas e disciplinadores até propostas críticas, interdisciplinares e inclusivas. Com isso, destaca-se a importância de compreender o currículo como prática social, capaz de promover ou limitar processos de aprendizagem e de formação integral. O estudo ressalta, ainda, que o currículo deve estar em constante diálogo com a diversidade dos sujeitos, as demandas sociais e as transformações culturais e tecnológicas do tempo presente. Para isso, é necessário que sua elaboração ocorra de forma democrática, colaborativa e contextualizada, envolvendo diferentes atores do campo educacional. Conclui-se que a construção de um currículo significativo exige posicionamento crítico, revisão constante e compromisso ético com a justiça social e a equidade educacional.

Palavras-chave: Currículo. Educação. História Escolar. Prática Pedagógica. Formação Docente.

1 INTRODUÇÃO

O currículo escolar constitui-se como um dos principais instrumentos de organização da prática educativa, sendo estruturado para nortear as experiências de aprendizagem ao longo da trajetória escolar. Sua configuração não se limita à seleção de conteúdos, mas abrange valores, objetivos e estratégias que orientam a formação dos estudantes. Compreender como surgiu e se transformou ao longo do tempo é fundamental para reconhecer suas múltiplas dimensões e implicações no cotidiano das instituições de ensino.

A história do currículo revela uma construção gradual, marcada por influências culturais, políticas e filosóficas. Desde os primeiros registros de educação sistematizada, os currículos refletiram as necessidades sociais e os ideais de formação humana vigentes em cada época. O currículo escolar não nasceu como uma estrutura fixa e homogênea, mas como um processo contínuo de elaboração, disputa e reconfiguração de saberes considerados válidos para determinado grupo social.



Nas instituições escolares, o currículo representa uma síntese entre as expectativas da sociedade, os objetivos educacionais do Estado e as necessidades dos sujeitos envolvidos no processo pedagógico. Ele expressa tanto uma visão de mundo quanto uma concepção de educação. Dessa forma, o currículo assume papel estratégico no desenvolvimento de competências, atitudes e conhecimentos, articulando saberes científicos, culturais e cotidianos.

Ao longo do tempo, o currículo escolar passou por profundas transformações, motivadas por mudanças históricas, sociais e tecnológicas. Tais mudanças provocaram diferentes concepções curriculares, desde abordagens mais conteudistas e disciplinadoras até perspectivas críticas, interdisciplinares e emancipadoras. Esses movimentos revelam que o currículo é também um campo de disputa ideológica, influenciado por valores dominantes e por projetos de sociedade.

A discussão sobre o currículo envolve, portanto, múltiplas dimensões: teórica, histórica, prática e política. Entender suas origens e evolução possibilita identificar como determinados conhecimentos foram incluídos ou excluídos do espaço escolar. Isso implica refletir sobre quais vozes são ouvidas, quais saberes são valorizados e como se organiza a relação entre ensino e aprendizagem nos diferentes contextos educacionais.

O currículo escolar pode ser compreendido como um instrumento que organiza o que se espera ensinar e aprender, mas também como um reflexo das relações sociais e dos interesses presentes na sociedade. Essa visão amplia a compreensão da educação como fenômeno social, exigindo uma leitura crítica sobre as intenções que permeiam as escolhas curriculares, os conteúdos abordados e as práticas pedagógicas implementadas.

Nesse cenário, torna-se relevante aprofundar o debate sobre o sentido do currículo na formação integral dos estudantes. É necessário questionar sua função, sua estrutura e suas finalidades, levando em consideração a diversidade dos sujeitos, as desigualdades históricas e as transformações contemporâneas que desafiam o campo educacional.

A origem do currículo está vinculada a um contexto específico de organização do saber e da escola, mas sua trajetória demonstra uma contínua revisão e atualização. A cada período histórico, novos elementos foram incorporados às propostas curriculares, revelando uma estreita conexão com os projetos educacionais de diferentes sociedades. Essa evolução mostra que o currículo não é neutro nem natural, mas construído historicamente.

No contexto da escolarização moderna, o currículo passou a desempenhar função central na estrutura educacional, definindo conteúdos, métodos e avaliações. Sua formulação, no entanto, nem sempre foi inclusiva ou democrática. Por muito tempo, o currículo refletiu apenas os interesses de grupos hegemônicos, deixando de fora saberes populares, indígenas, africanos e de outras matrizes culturais.



A partir de movimentos de transformação social e pedagógica, surgiu uma maior preocupação com a ampliação da representatividade no currículo escolar. Debates sobre justiça curricular, diversidade e equidade têm ganhado espaço nas políticas educacionais e nos projetos pedagógicos. Isso mostra uma tentativa de tornar o currículo mais sensível às diferentes realidades e identidades presentes nas salas de aula.

A compreensão do currículo como uma construção dinâmica e contextualizada amplia as possibilidades de atuação pedagógica e de formação cidadã. Mais do que um conjunto de disciplinas, ele deve ser pensado como um processo intencional de formação, que considera os sujeitos em sua totalidade, seus saberes prévios, seus interesses e suas trajetórias de vida. Assim, o currículo contribui não apenas para o desenvolvimento cognitivo, mas também para a formação ética, social e cultural.

Discutir o currículo é também discutir o projeto de sociedade que se deseja construir. A escolha do que ensinar, como ensinar e para quem ensinar carrega implicações profundas na constituição de identidades, na promoção da inclusão e na garantia do direito à educação. Por isso, a reflexão sobre o currículo precisa ir além da técnica e da burocracia, alcançando os valores e princípios que sustentam a prática educativa.

Na atualidade, o debate curricular é marcado por tensões entre modelos tradicionais e propostas mais flexíveis, que valorizam a autonomia docente, o protagonismo dos estudantes e a integração entre saberes. Nesse sentido, o currículo pode ser instrumento de reprodução social, mas também de transformação, a depender das intencionalidades pedagógicas que o orientam e da forma como é vivenciado no cotidiano escolar.

Compreender a trajetória histórica do currículo permite reconhecer a complexidade de sua formulação e a multiplicidade de fatores que influenciam sua estrutura. Ele está diretamente ligado aos processos de formação humana e ao desenvolvimento das sociedades, sendo atravessado por disputas políticas, econômicas e culturais que definem o que é considerado legítimo no espaço escolar.

A relação entre currículo e sociedade é indissociável. Cada proposta curricular carrega consigo uma visão de mundo e de sujeito, que se materializa nos objetivos educacionais, nas metodologias adotadas e nos resultados esperados. Por isso, o currículo deve ser constantemente revisitado, para que se mantenha relevante, coerente e alinhado às necessidades formativas de cada época.

Além disso, é fundamental pensar o currículo como instrumento de resistência e inovação. Diante de desafios como a exclusão social, o preconceito e a desigualdade, o currículo pode favorecer práticas pedagógicas mais justas e significativas, contribuindo para a construção de uma educação mais democrática e inclusiva. Para tanto, é necessário romper com a visão reducionista e fragmentada que ainda marca muitas propostas curriculares.



A construção de um currículo significativo exige diálogo constante entre os diferentes atores educacionais, incluindo professores, estudantes, gestores, famílias e comunidades. Essa participação coletiva contribui para a elaboração de propostas mais contextualizadas, capazes de responder às especificidades locais sem perder de vista os direitos de aprendizagem e o desenvolvimento integral dos alunos.

Diante das transformações sociais e tecnológicas, o currículo também precisa se adaptar para incorporar novos saberes e competências. A escola contemporânea é desafiada a integrar conhecimentos interdisciplinares, promover o uso ético e crítico das tecnologias e formar sujeitos capazes de atuar de forma consciente e responsável em uma sociedade cada vez mais complexa e interconectada.

Assim, o currículo escolar deve ser entendido como um processo em constante construção, que se renova a partir das práticas pedagógicas, das vivências dos sujeitos e das exigências do tempo presente. Não se trata de um documento estático, mas de um conjunto de escolhas que refletem intenções educativas e valores sociais, exigindo atenção crítica e sensibilidade política.

Neste artigo, busca-se compreender como o currículo escolar surgiu, quais caminhos percorreu e quais sentidos assume na atualidade. Para isso, parte-se da análise de sua origem histórica, passando pelas principais transformações que sofreu até alcançar os debates contemporâneos sobre equidade, diversidade e inovação pedagógica.

A investigação proposta pretende, ainda, contribuir com a reflexão sobre os desafios enfrentados pelas instituições educacionais na elaboração e implementação de currículos que sejam, ao mesmo tempo, coerentes com os direitos de aprendizagem e sensíveis às realidades dos sujeitos que os vivenciam. Trata-se de um esforço por compreender o currículo em sua totalidade e complexidade.

2 METODOLOGIA

O presente artigo adota como abordagem metodológica a pesquisa de natureza bibliográfica, com o objetivo de analisar as origens, a evolução histórica e os sentidos atribuídos ao currículo escolar no campo educacional. Essa modalidade de investigação caracteriza-se pela análise de materiais já publicados, tais como livros, artigos científicos, dissertações, teses e documentos oficiais, que oferecem fundamentação teórica relevante para o aprofundamento da temática.

A escolha da pesquisa bibliográfica justifica-se pela necessidade de compreender os diversos enfoques teóricos sobre o currículo ao longo do tempo, bem como pelas contribuições de diferentes autores que problematizam suas dimensões históricas, políticas, culturais e pedagógicas. Dessa forma, o estudo não se restringe à descrição de ideias, mas busca interpretá-las criticamente, estabelecendo conexões entre os referenciais analisados e as transformações ocorridas no cenário educacional.



A seleção do material seguiu critérios de relevância temática, atualidade e representatividade acadêmica. Foram priorizadas produções que tratam especificamente da construção do currículo, suas concepções teóricas, seus processos de implementação e suas implicações no contexto escolar. Obras clássicas também foram incluídas, por sua contribuição fundamental à consolidação do campo curricular.

A organização da análise partiu de um levantamento dos principais marcos teóricos e históricos que influenciaram a constituição do currículo escolar, seguido da identificação de tendências contemporâneas que apontam para novas possibilidades de construção curricular. O tratamento dos dados ocorreu por meio da leitura crítica e sistemática dos textos, com ênfase na compreensão dos sentidos atribuídos ao currículo em diferentes períodos e contextos.

Ao adotar esse percurso metodológico, pretende-se proporcionar uma reflexão aprofundada e fundamentada sobre os múltiplos aspectos que envolvem o currículo escolar. A metodologia bibliográfica, nesse sentido, oferece suporte à construção de um olhar analítico e contextualizado, permitindo a articulação entre teoria e prática no campo da educação.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 DIREITO A EDUCAÇÃO E CURRÍCULO NO BRASIL

Atualmente, a sociedade enfrenta novos desafios na busca de espaços para que se abram outras áreas, decorrente de transformações que estamos passando, por isso é importante que tenha uma articulação entre o passado e o presente, a fim de que se construa um futuro com base sólida para toda cidadania.

Sendo assim, quando se fala na “busca de espaços”, nos referimos a educação, embora a educação seja um direito de todos e que age de forma ampla, não apenas sendo de responsabilidade do Estado, mas também da família.

[...] O direito à educação é um direito social de cidadania genuíno porque o objetivo da educação durante a infância é moldar o adulto em perspectiva. Basicamente, deveria ser considerado não como o direito da criança frequentar a escola, mas como o direito de o cidadão adulto ter sido educado. (Marshall, 1967, p. 73)

O avanço da educação, no nosso país, foi fruto de lutas acarretadas por concepção de uma sociedade democrática, na medida que busca igualdade, diversidade e equidade. A partir disso, hoje, a educação é reconhecida em lei tanto para os educadores, quanto para os educandos, e assim, mostrando sua importância não só para sua democratização, mas também para a socialização entre os mais e menos favorecidos.

Mas, para que tudo isso chegasse até os dias de hoje, é importante destacar o seu contexto histórico. A educação, principalmente, no Brasil, tem um longo percurso que foi construído, desde o Brasil Império até o Novo Conceito que encontramos na Constituição Federal de 1988:

A educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a



colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (Brasil, 1988, p.123).

Hoje, todos os países garantem acesso aos cidadãos a educação básica, visto que a educação é princípio para transformação da sociedade não só na formação do cidadão, mas também para o trabalho.

Conforme a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB):

Art.2 A educação, dever da família e do Estado, inspirada nos princípios de liberdade e nos ideais de solidariedade humana, tem por finalidade o pleno desenvolvimento do educando, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho. (Brasil, 1996, p.8)

A educação básica esclarece e administra um conjunto de novas realidades, nascidas de um possível histórico e por meio de uma ação política consequente, e auxilia na organização da existência em novas bases.

A educação básica é um conceito mais do que inovador para um país que, por séculos, negou, de modo elitista e seletivo, a seus cidadãos, o direito ao conhecimento pela ação sistemática da organização escolar. (Cury, 2008, p.293)

Além disso, a educação básica em um momento oportuno realiza um cruzamento entre a igualdade e equidade, na medida que atende dentro da forma legal outros grupos sociais: pessoas com deficiência; cultura étnico-racial e cultura indígena que devem ser sujeitos em busca de transformação social, desconstruindo o preconceito e a discriminação.

A educação básica, também, oferta e oportuniza a educação de jovens e adultos que não tiveram oportunidade de terminar seus estudos ou até mesmo, não frequentaram a escola, a fim de que possam recomeçar seus estudos e maximizando a diminuição da evasão escolar.

A educação básica deve ser objeto de uma política educacional de igualdade concreta e que faça jus à educação como o primeiro dos direitos sociais inscrito na CF, como direito civil inalienável dos direitos humanos e como direito político da cidadania (Cury, 2008 p.301).

Portanto, entendemos a educação como direito social que busca a transformação social, este último nasce entre o nascimento e o crescimento dos direitos sociais e assim, entende-se que quando nos referimos a educação, tratamos de direito reconhecido e garantido, não por meio do ensino, mas também por conteúdos, sendo assim, quando tratamos sobre conteúdos, nos referimos a currículo no Brasil.

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB):

Art. 26. Os currículos da educação infantil, do ensino fundamental e do ensino médio devem ter base nacional comum, a ser complementada, em cada sistema de ensino e em cada estabelecimento escolar, por uma parte diversificada, exigida pelas características regionais e locais da sociedade, da cultura, da economia e dos educandos. (Brasil, 1996, p.19)



Entretanto, o currículo no Brasil é um currículo que deve ter uma base e que exista uma complementação sobre ela, assim, o currículo não é um sistema engessado, mas sim, um currículo flexível que busca de forma orgânica e sequencial incrementar as aprendizagens que os alunos devem ter durante a educação básica.

É importante destacar que o currículo no Brasil tem objetivo de respeitar as diversidades de cada região, perante a valores culturais, regionais e artísticos. Consoante a Constituição Federal de 1988, diz que:

Art. 210. Serão fixados conteúdos mínimos para o ensino fundamental, de maneira a assegurar formação básica comum e respeito aos valores culturais e artísticos, nacionais e regionais. (Brasil, 1988, p.124)

Segundo Sacristán (2013, p. 17):

Conceito de currículo e a utilização que fazemos dele aparecem desde os primórdios relacionados à ideia de seleção de conteúdos e de ordem na classificação dos conhecimentos que representam, que será a seleção daquilo que será coberto pela ação de ensinar.

O currículo não é documento acabado, a todos os anos precisa estar sendo atualizado, por isso é importante que o ambiente escolar esteja articulado ao currículo e com a comunidade escolar e culturalidade da região no qual a escola é pertencente. A concepção de currículo não é algo da contemporaneidade, é algo que já existia nos tempos de Aristóteles e Platão, não obstante o termo currículo já era utilizado na Europa pelos ingleses em 1633, tendo como objetivo, a estruturação do que poderia ser estudado.

Contudo, o termo de currículo principalmente, inserido no campo pedagógica, passou por várias configurações desde a ideia de “planos de estudos” a “currículo oficial”. Segundo Sacristán (1998), o currículo o conceitua-se como reguladora da ação educativa e controla a distribuição do conhecimento.

Sobretudo, o currículo se estabelece na determinação legal da sistematização da matéria/disciplinas que serão trabalhadas pela instituição escolar, além dos conteúdos (o que ensinar), didática (como ensinar) e avaliação (para quem ensinar).

O Currículo tem sua importância, pois além de reunir os conteúdos/disciplinas, implica os objetivos de cada etapa da educação básica (Educação Infantil, Ensino Fundamental e Ensino Médio) em uma sequência lógica, respeitando os processos próprios de aprendizagem de cada indivíduo.

3.2 TIPOS DE CURRÍCULO

Em concordância com o currículo, são encontrados 3 (três) tipos de acordo com sua manifestação, são eles: Currículo Formal, (prescrito), Currículo Real (em ação), Currículo Oculto (implícito). Ao tratar do currículo formal, é aquele que está inserido nos sistemas de ensino, o currículo oficial que compõe unidades temáticas e objetos de conhecimentos, além de ser articulados com diversas diretrizes ou normativos legais da educação básica.



Currículo formal é estabelecido pelas organizações educacionais de forma legal, normativa e oficial, apresentados por objetivos e conteúdos de áreas do conhecimento, ao mesmo tempo, pode ser destacado de forma prescrita por entidades que rege a educação no Brasil como, por exemplo, o Ministério da Educação que apresenta os Parâmetros Curriculares Nacionais, e pareceres curriculares dos Estados e Municípios. (Libâneo, 2001, p. 99 a 100)

O currículo real é àquele que acontece na escola e em muitas ocasiões perante a sua prática, está associado ao Projeto Político Pedagógico e ao Plano de Aula. O currículo real apresenta flexibilidade de acordo com as diversidades culturais, regionais e econômicas de cada região que a escola está inserida.

O Currículo real, também, está associado a prática dos professores e a percepção do aluno em uma relação de professor-aluno-conhecimento.

Currículo real incide na sala de aula a partir dos planos de ensino mediante do que foi planejado, embora que durante o percurso aconteça adaptações, ou até mesmo uma influência perante a cancha dos professores, em decorrência de valores e significados. É da prática dos professores, que nasce esse tipo de currículo, com a finalidade de apresentar uma relação de professor-aluno-conhecimento. (Libâneo, 2001, p. 99 a 100)

Por fim, o currículo oculto, este está associado as influências que afetam no trabalho do professor e na aprendizagem do aluno oriundos do acervo cultural do meio social em que vive ou até mesmo vivenciado na escola e na sala de aula. Neste tipo de currículo, o que é aprendido pelo aluno, em muitas ocasiões não corresponde ao que foi ensinado pelo professor.

Currículo Oculto são as influências externas que contrafazem a aprendizagem dos alunos e a prática docente provenientes do acervo cultural, sentidos e apegos acarretados por pessoas do convívio social e experimentados no ambiente escolar. Nesse sentido por aprendizados e canchas partilhadas nos sistemas de ensino. (Libâneo, 2001, p.99 a 100)

3.3 TEORIAS DO CURRÍCULO

No início do século XX, nasceu a preocupação dos administradores da educação com o currículo enquanto objeto de estudo, intensamente nos EUA articulado com processo de padronizar a educação e a industrialização. Além de ter questões de o que ensinar? E como ensinar? No currículo havia um entendimento para o envolvimento da relação professor-aluno e, nas relações entre classes sociais.

A primeira teoria do currículo, é a teoria tradicional, esta procura ser neutra teve como principais autores Bobbit e Dewey (1918, apud Silva, 1999), tendo como principal foco formar um trabalhador especializado ou na busca de uma educação integral. Nessa teoria no sistema educacional, o professor era o centro transmissor do conhecimento, enquanto o aluno era passivo na aprendizagem.

A teoria tradicional, com a representatividade de Bobbit, no qual sua proposta estava articulada entre sistema educacional e a indústria que a escola se tornasse uma empresa industrial ou comercial com foco na preparação da mão-de-obra com controle social.

De acordo com Bobbit, os sistemas de ensino deveriam começar a estabelecer de forma concisa seus



alvos. Sendo assim, esses objetivos, necessitariam se espelhar na análise em aptidões indispensáveis para desempenhar com eficácia os ofícios profissionais de uma existência.

Já a teoria do Dewey que tinha uma linha progressista das tendências da educação, tinha a preocupação com um sistema educacional mais democrático, diferentemente de Bobbit que tinha uma preocupação com a econômica e a preparação do aluno para a mão de obra em busca da eficiência nos resultados.

A segunda teoria, são as teorias críticas, a partir da metade do século XX em contestação as teorias tradicionais, surge as teorias críticas que tinha como característica mudanças sobre as desigualdades sociais e tinha uma base marxista e que o currículo não era compreendido apenas de forma mecânica e burocrática. Como principais autores dessa teoria, a saber: Althusser, Boudieue Jean-Claude, Apple, Giroux, Freire, Young e Berstein¹. Com relação ao currículo, Althusser (1983, apud Silva, 1999) diz que a classe dominante transmite suas aberturas e conteúdo, a fim de revelar seus interesses e que a classe menos favorecida aprenda habilidades próprias da classe dominante.

As teorias críticas divergem com uma escola que é reprodutora do sistema dominante, no qual o sistema educacional está dirigido para os trabalhadores e os trata como subordinados, sendo assim, os alunos aprendem e praticam papéis de trabalhadores subordinados em um sistema hierárquico e dominante.

[...] As escolas dirigidas aos trabalhadores subordinados tendem a privilegiar relações sociais nas quais, ao praticar papéis subordinados, os estudantes aprendem a subordinação. Em contraste, as escolas dirigidas aos trabalhadores dos escalões superiores da escala ocupacional tendem a favorecer relações sociais nas quais os estudantes têm a oportunidade de praticar atitudes de comando e autonomia. (Silva, 1999, p. 33).

Diante desse assunto, apreende-se uma teoria distante dos ideais marxista. Boudieue e Jean-Claude (1975, apud Silva, 1999) desenvolveram uma concepção que para eles a reprodução social ocorre na reprodução cultural, ou seja, de fato o que se tem valor, é a cultura dominante seja valores, costumes e hábitos. Costume esses que desvalorizam a classe menos favorecida.

Na concepção crítica, não existe uma cultura da sociedade, unitária, homogênea e universalmente aceita e praticada e, por isso, digna de ser transmitida às futuras gerações através do currículo. Em vez disso, a cultura é vista menos como uma coisa e mais como um campo e terreno de luta. Nessa visão, a cultura é o terreno em que se enfrentam diferentes e conflitantes concepções de vida social, é aquilo pelo qual se luta e não aquilo que recebe (Moreira e Silva, 2001, p. 27)

Nas teorias baseadas nas análises sociais neomarxistas, encontramos a elaborada por Apple (1989, apud Silva, 1999), que faz uma crítica as escolas e ao professor na simples transmissão de conhecimento e que é produto do sistema dominante, no que diz respeito aos valores capitalistas. Para ele, a escolha que constitui o currículo é resultado dos interesses dominantes, além disso, não é só o conhecimento ser verdadeiro, mas qual é e quem considera verdadeiro, e por fim, analisar as disciplinas que estão no currículo

oficial, no que se refere às normas e disposições.

Outro autor que defendia o currículo crítico era Henry Giroux (1986, apud Silva, 1999), pois ele julgava que as teorias tradicionais tinham objetivos de eficiência e racionalidade, porém princípios a saber: éticos, políticos e históricos eram esquecidos levando a consequências negativas. Assim, ele entendia que a teoria crítica do currículo deveria estar associada a emancipação e libertação.

Sendo assim, Giroux (1986, apud Silva, 1999) acreditava que por meio do sistema educacional na relação currículo e escola os alunos deverão ser participantes e debatendo sobre questões sociais, políticas e econômicas, portanto, buscando a emancipação e a libertação dos falsos interesses.

É através de um processo pedagógico que permita às pessoas se tornarem conscientes do papel de controle e poder exercido pelas instituições e pelas estruturas sociais que elas podem se tornar emancipadas ou libertadas de seu poder e controle. (Silva, 1999, p. 54).

À vista desse assunto, compreende-se uma crítica aos professores, pois esses precisam assumir o seu papel crítico, a fim de que contribuía para a construção de uma sociedade livre. Nesse sentido, Moacir Gadotti (1989) destaca:

Numa pedagogia oposta à pedagogia do colonizador (que na falta de melhor expressão chamamos de pedagogia do conflito), o educador reassume a sua educação e seu papel eminentemente crítico: à contradição (opressor- oprimido, por exemplo), ele acrescenta a consciência da contradição, forma gente insubmissa, desobediente, capaz de assumir a sua autonomia e participar na construção de uma sociedade mais livre. (Gadotti, 1989, p. 53).

Paulo Freire (2003) define de forma crítica que o currículo está voltado para a ideia de uma educação bancária ou simplesmente, a transferência de conhecimento, assim, o professor como detentor do saber, tem um papel para um ensino autocrático, enquanto o aluno, um ser passivo. Embora Paulo Freire (2003) não tenha uma teoria sobre currículo, o autor elabora um novo conceito de educação, àquela que seria problematizadora, ou seja, que não separa o ato de conhecer e o que já se conhece. Ainda em seu método, Freire (2003) defende que o aluno deve utilizar suas próprias experiências e que os conteúdos são definidos junto com esses. Ainda nessa conjuntura, o autor exclui as divergências entre a cultura erudita e popular, sendo que esta última, seja conhecimento e faça parte do currículo.

Michael Young (1971, apud Silva, 1999) também foi precursor de um movimento crítico na Inglaterra, movimento este que teve a sociologia entendida como Nova Sociologia da Educação. Esta teoria tinha a preocupação com as pessoas e não relacionado ao conhecimento, além de não ter uma crítica sobre as teorias tradicionais. Um outro ponto que chamava bastante atenção era a organização do conhecimento e distribuição de poder e a importância de um conteúdo a outro.

A tarefa de uma sociologia do currículo consistiria precisamente em colocar essas categorias em questão, em desatualizá-las, em mostrar seu caráter histórico, social, contingente, arbitrário. (Silva, 1999, p. 66)



E, por fim, Bernstein (1996), com base na sociologia, defendia que a educação formal está realizada em três sistemas de mensagens: o currículo, a pedagogia e avaliação. Sua preocupação estava na sistematização da estrutura do currículo e as divergências entre controle e poder.

Sumarizando, como poder e controle são traduzidos em princípios de comunicação, e como estes princípios de comunicação diferencialmente regulam formas de consciência no que se refere a sua produção e suas possibilidades de mudança? (Bernstein, 1996, p.18)

A terceira e última teoria é a pós-crítica, que tem como foco: a diversidade das formas culturais do mundo contemporâneo. Esta teoria está ancorada com antropologia e que nenhuma cultura pode ser posta inferior ou superior a outra. Em articulação com currículo, a teoria pós-crítica é contrária a tradicional que tinha como foco a classe dominante e dos falsos interesses.

Perante a teoria pós-crítica surgiram 2 (duas) linhas dentro da perspectiva: liberal e crítica. A linha liberal advoga nos princípios de tolerância, respeito e convivência que deve estar associado às culturas, já a linha crítica, defende que a cultura dominante deve aceitar que outras formas de cultura tenham seu lugar.

O multiculturalismo mostra que o gradiente da desigualdade em matéria de educação e currículo é função de outras dinâmicas, como as de gênero, raça e sexualidade, por exemplo, que não podem ser reduzidas à dinâmica de classe. (Silva, 1999, p.90).

Ao mesmo tempo, relações de desigualdades dentro do processo escolar estão relacionadas às diferenças raciais, de sexo e de gênero. Esta última está muito presente nas teorias do currículo pós-crítica no que se refere ao feminismo que questiona a cultura patriarcal.

Posteriormente, questões raciais e étnicas começaram a fazer parte das teorias pós-críticas, sendo assim, o currículo não pode ser multicultural só citando sobre cultura, mas também discutindo e debatendo, a fim de que possa desarticular o preconceito racial e a desconsideração étnica racial.

As funções que o currículo cumpre como expressão do projeto de cultura e socialização são realizadas através de seus conteúdos, de seu formato e das práticas que cria em torno de si. Tudo isso se produz ao mesmo tempo: conteúdos (culturais ou intelectuais e formativos), códigos pedagógicos e ações práticas através dos quais se expressam e modelam conteúdos e formas. (Sacristán, 2000, p.16).

Portanto, entendemos que o currículo é um documento que a escola organiza, porém o currículo não é mais algo engessado, mas sim flexível que deve levar em consideração o processo (tempo) de ensino (professor) aprendizagem (aluno).

4 CONCLUSÃO

A reflexão empreendida ao longo deste estudo possibilitou uma compreensão mais ampla do currículo escolar como uma construção histórica, social e política, distante da visão simplificada que o reduz



a uma lista de conteúdos organizados por disciplinas. Ao revisitar sua origem e suas transformações, evidencia-se que o currículo reflete os valores de uma época, os interesses de determinados grupos e os projetos de formação humana que sustentam as práticas educacionais.

A análise realizada permitiu reconhecer que o currículo não se constitui como um elemento neutro da prática pedagógica, mas como um instrumento que carrega intencionalidades, escolhas e exclusões. Ele é o resultado de disputas simbólicas e culturais que envolvem decisões sobre quais conhecimentos devem ser ensinados, como devem ser ensinados e com que finalidades. Assim, pensar o currículo implica compreender as relações de poder e os contextos nos quais ele é produzido e implementado.

A trajetória do currículo escolar revela uma constante tensão entre modelos tradicionais e propostas inovadoras, entre prescrições normativas e práticas pedagógicas criativas. Ao longo do tempo, o currículo foi sendo reconfigurado por diferentes paradigmas educacionais, passando por concepções tecnicistas, humanistas, críticas, interculturais e interdisciplinares. Cada uma dessas abordagens trouxe novos desafios à organização do conhecimento e à atuação dos sujeitos envolvidos no processo educativo.

Apesar das mudanças observadas ao longo dos anos, ainda persistem questões importantes relacionadas à inclusão, à diversidade e à justiça curricular. Muitos currículos continuam reproduzindo visões eurocêntricas, excludentes e descontextualizadas da realidade dos estudantes. Nesse sentido, é necessário repensar suas bases epistemológicas e metodológicas, de modo a torná-los mais sensíveis às diferentes vozes, histórias e culturas presentes na escola.

A ausência de neutralidade no currículo exige um posicionamento crítico dos profissionais da educação, que devem atuar não apenas como executores de propostas prontas, mas como sujeitos ativos na construção de um projeto pedagógico comprometido com a transformação social. Para tanto, é imprescindível que o currículo seja construído de forma coletiva, democrática e situada, levando em consideração os contextos nos quais se insere.

Além disso, o currículo deve promover a articulação entre os saberes escolares e os saberes experienciados pelos estudantes em suas comunidades, suas culturas e suas práticas sociais. Essa aproximação favorece a construção de sentidos mais significativos para a aprendizagem, fortalecendo a relação entre conhecimento e vida. É nesse processo de diálogo constante que o currículo pode contribuir efetivamente para a formação integral dos sujeitos.

Ao compreender o currículo como prática social, torna-se evidente a importância de superá-lo como simples instrumento normativo. É preciso ressignificá-lo a partir das experiências concretas dos sujeitos que habitam a escola, reconhecendo suas trajetórias, suas demandas e seus projetos de vida. Essa ressignificação exige coragem para romper com modelos cristalizados e abertura para experimentar novas formas de ensinar e aprender.



A formação docente tem papel essencial nesse processo, pois é por meio dela que se constrói a capacidade crítica e criativa para pensar o currículo em movimento. Os professores, ao se apropriarem das concepções curriculares, tornam-se mediadores entre as prescrições institucionais e as vivências dos estudantes, contribuindo para que o currículo ganhe vida no cotidiano da sala de aula.

A constante revisão do currículo escolar também deve considerar as transformações da sociedade contemporânea, marcada por mudanças tecnológicas, sociais e culturais. A escola do século XXI enfrenta o desafio de formar sujeitos autônomos, críticos e solidários, capazes de lidar com a complexidade do mundo atual. Para isso, é necessário um currículo flexível, aberto ao diálogo interdisciplinar e comprometido com a formação ética e cidadã.

A construção de um currículo mais democrático e inclusivo não depende apenas de diretrizes legais, mas da disposição coletiva em questionar práticas excludentes, repensar conteúdos e rever métodos. Isso implica reconhecer a escola como espaço de produção de conhecimento, mas também como espaço de acolhimento, respeito e construção de vínculos sociais. O currículo deve refletir essa dimensão formativa em todas as suas instâncias.

Ao final desta reflexão, reafirma-se que o currículo escolar é mais do que um documento. Ele é um projeto em disputa, um campo de possibilidades e um espaço de resistência. Sua estrutura deve estar em permanente diálogo com as transformações do mundo, com as necessidades dos sujeitos e com os ideais de justiça e equidade que orientam a educação pública e democrática.

Neste sentido, repensar o currículo é um convite à reinvenção da prática pedagógica, à valorização dos saberes diversos e à abertura para novas formas de ensinar e aprender. Trata-se de compreender que o currículo não é fim, mas meio para uma educação significativa, que reconheça as singularidades dos estudantes e promova a construção coletiva do conhecimento.

Ao tratar da origem e da evolução do currículo, observa-se que ele foi se constituindo por meio de influências filosóficas, sociais e culturais, moldando-se às demandas e aos contextos de cada período histórico. No entanto, as mudanças não ocorreram de forma linear ou automática, pois cada transformação exigiu resistência, debate e mobilização dos sujeitos envolvidos com a educação.

Esse processo de reconstrução constante mostra que o currículo é dinâmico e adaptável, e que deve ser continuamente reavaliado à luz das novas exigências formativas. A pluralidade cultural, as desigualdades sociais e os avanços do conhecimento impõem à escola o compromisso de revisar suas práticas e atualizar suas propostas curriculares, de forma a torná-las mais significativas, éticas e contextualizadas.

O currículo escolar deve ser compreendido como uma ferramenta estratégica para garantir o direito à educação de qualidade, assegurando que todos os estudantes tenham acesso aos saberes essenciais para o pleno exercício da cidadania. Ao mesmo tempo, ele deve promover o respeito à diversidade, o reconhecimento das múltiplas identidades e o fortalecimento dos vínculos sociais dentro e fora da escola.



Dessa forma, este estudo contribui para ampliar a reflexão sobre a importância do currículo na constituição de práticas pedagógicas mais conscientes, humanas e comprometidas com a transformação social. O desafio permanece em construir currículos que não apenas organizem conteúdos, mas que dialoguem com a vida, com o tempo presente e com os projetos de futuro de cada sujeito.

Encerrando esta análise, reforça-se a necessidade de manter o debate curricular como pauta permanente na formação de educadores, na elaboração de políticas públicas e na organização das práticas escolares. O currículo deve ser pensado como espaço de escuta, construção e ação coletiva, capaz de formar indivíduos críticos, éticos e comprometidos com a construção de uma sociedade mais justa e plural.



REFERÊNCIAS

- BERNSTEIN, Basil. *Pedagogia, controle simbólico e identidade*. Lisboa: EDUCA, 1996.
- BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília: Senado Federal, 1988.
- BRASIL. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. *Diário Oficial da União, Brasília, DF, 1996*.
- CURY, Carlos Roberto Jamil. *Educação e contradição: fundamentos da escola pública*. São Paulo: Cortez, 2008.
- FREIRE, Paulo. *Pedagogia do oprimido*. 50. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2003.
- GADOTTI, Moacir. *História das ideias pedagógicas*. São Paulo: Ática, 1989.
- LIBÂNEO, José Carlos. *Didática*. São Paulo: Cortez, 2001.
- MARSHALL, Thomas H. *Cidadania, classe social e status*. Rio de Janeiro: Zahar, 1967.
- MOREIRA, Antônio Flávio Barbosa; SILVA, Tomaz Tadeu da. *Currículo, cultura e sociedade*. São Paulo: Cortez, 2001.
- SACRISTÁN, J. Gimeno. *Currículo: uma reflexão sobre a prática*. Porto Alegre: Artmed, 2000.
- SACRISTÁN, J. Gimeno. *O currículo: uma reflexão crítica*. Porto Alegre: Artmed, 2013.
- SILVA, Tomaz Tadeu da. *Documentos de identidade: uma introdução às teorias do currículo*. 2. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 1999.